

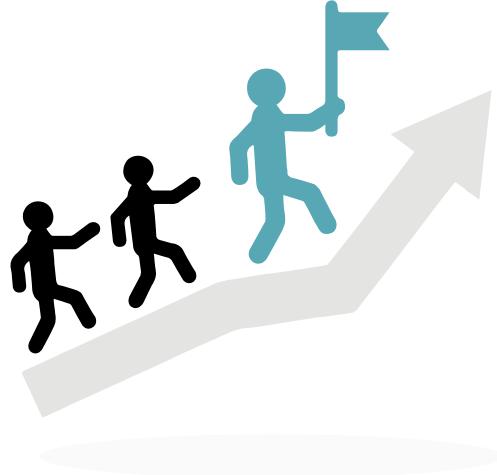
# WORKSHOP DE CONTEÚDO LOCAL



03/04/2021

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

# POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL



## Breve histórico

- A Lei do Petróleo (1997) instituiu como política de Estado a “promoção do desenvolvimento, a ampliação do mercado de trabalho e a valorização dos recursos energéticos”.
- A primeira obrigação de conteúdo local foi inserida na 1º Rodada de Concessão (1999), onde a obrigação era global para a Fase de Exploração e Etapa de Desenvolvimento da Produção.
- As obrigações desde então estiveram presentes em todas as Rodadas de licitação e seu ultimo aprimoramento ocorreu na 14º Rodada de Concessão (2017).
- No presente Workshop trataremos de assuntos que estão presentes no quadro regulatório de conteúdo local, entre eles a Unitização, TAC, Certificação, Pedefor.

# Últimos 3 anos - Política de Conteúdo Local

Resolução CNPE 17/2017 - Marco regulatório para 14<sup>a</sup> Rodada de Concessão, 2 e 3<sup>a</sup> Rodada de Partilha em diante

01

Resolução 726/2018 - Regulamentação para os mecanismos de Waiver, Ajustes e Transferência de excedentes.

02

Resolução 833 /2020 - regulamentação dos critérios de conteúdo local para os casos de individualização da produção e anexação de áreas

03

Consulta e Audiência Pública 05/2020 - Termo de Ajustamento de Conduta

04

Resolução 832/2020 - obrigatoriedade do RGT para contratos a partir da 7º Rodada de Concessão

05

# Últimos 3 anos - Política de Conteúdo Local

Resolução CNPE 17/2017 - Marco regulatório para 14<sup>a</sup> Rodada de Concessão, 2 e 3<sup>a</sup> Rodada de Partilha em diante.

01

A atualização das exigências de conteúdo local para os contratos de E&P se tornaram mais compatíveis com a capacidade de atendimento da cadeia fornecedora de bens e serviços local. Além disso, o conteúdo local deixou de ser um fator de BID, isto é, não é mais uma variável para determinar o vencedor no processo de licitação.

Dessa forma, foi vista como uma adequação positiva e um importante marco regulatório na PCL.

Terra		Mar	
Exploração	DP	Exploração	DP
50%	50%	18%	<ul style="list-style-type: none"><li>• 25% para Construção de poços</li><li>• 40% para Sistemas de coleta e escoamento</li><li>• 25% para UEPs</li></ul>

# Últimos 3 anos - Política de Conteúdo Local

**Resolução 726/2018** - Regulamentação para os mecanismos de Waiver, Ajustes e Transferência de excedentes.

**02**

A Resolução também foi considerado um marco positivo para a PCL pois permitiu aos contratos com fases não encerradas aderirem às novas regras (abaixo) de conteúdo local.

Terra		Mar	
Exploração	DP	Exploração	DP
50%	50%	18%	<ul style="list-style-type: none"><li>• Construção de poços: 25%</li><li>• Sistemas de coleta e escoamento: 40%</li><li>• UEPs<ul style="list-style-type: none"><li>✓ 40% em engenharia</li><li>✓ 40% em máquinas e equipamentos</li><li>✓ 40% em construção, integração e montagem</li></ul></li></ul>

# Últimos 3 anos - Política de Conteúdo Local

Resolução 833 /2020 - regulamentação dos critérios de conteúdo local para os casos de individualização da produção e anexação de áreas.

**03**

## Destaques positivos da nova Resolução:

- ✓ Escolha pelo operador da cláusula de conteúdo local de um dos contratos das áreas que contem a jazida compartilhada para aplicação na área individualizada.
- ✓ Possibilidade de aditivos nos AIP e CIP já celebrados.
- ✓ Redeterminação não será aplicada na revisão das obrigações de conteúdo local determinadas no AIP ou CIP.
- ✓ Regulamentação através de Resolução. O tema era regido por Notas técnicas.

# Últimos 3 anos - Política de Conteúdo Local

Consulta e Audiência Pública 05/2020 - Termo de Ajustamento de Conduta

04

## Destaques positivos:

- ✓ SCL/ANP está sendo pioneira na regulamentação do instrumento na ANP e o IBP reforça a importância do TAC para a indústria de O&G.
- ✓ O instrumento permitirá a substituição das penalidades devido ao descumprimento de conteúdo local nos contratos de E&P que não puderam aderir as regras da Resolução 726/2018, por novos investimentos para o Setor de O&G, incentivando às aquisições na cadeia fornecedora local de bens e serviços.
- ✓ É esperada a publicação da Resolução do TAC com novas possibilidades de escopos de projetos para investimentos de E&P, compensando as multas geradas pelo descumprimento de conteúdo local.
- ✓ Discutiu-se durante na Consulta sobre a exigência de conteúdo local para os investimentos realizados em projetos da Rodada Zero, de acordo com as obrigações mais atuais divulgadas pelo CNPE.

## Últimos 3 anos - Política de Conteúdo Local

Resolução 832/2020 - obrigatoriedade do RGT para contratos a partir da 7º Rodada de Concessão

**05**

- ✓ A Resolução extinguiu a obrigação do reporte de Relatório de Gastos Trimestrais para os contratos a partir da 7º Rodada de Concessão, cuja comprovação de conteúdo local é realizada através de Relatório de Conteúdo Local.

# Política de Conteúdo Local e expectativas

**01**

PEDEFOR

**02**

Revisão da Resolução 19/2013 - estabelece os critérios e procedimentos para execução das atividades de Certificação de Conteúdo Local

**03**

Revisão da Resolução 27/2016 - regulamentação sobre a periodicidade, formatação e o conteúdo dos RCL a partir da 7<sup>a</sup> Rodada de Concessão

**04**

Revisão da Resolução 180/2003 - para fins de comprovação de conteúdo local nos contratos de E&P

# Política de Conteúdo Local e expectativas

**01**

**PEDEFOR - Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural**

- ✓ O Programa foi revogado em 2019 através do Decreto nº 10.087/2019.
- ✓ O IBP entende necessário instituir um novo regulamento para o Programa com o objetivo de incentivar as aquisições locais de bens e serviços e com isso contribuir para o cumprimento de percentuais ainda desafiadores, como por exemplo, o da Unidade de Produção (contratos aditados).

# Política de Conteúdo Local e expectativas

02

Revisão da Resolução 19/2013 - estabelece os critérios e procedimentos para execução das atividades de Certificação de Conteúdo Local

Este assunto está sendo tratado no IBP com prioridade de forma a melhorar o processo de certificação e a metodologia aplicada.

As Operadoras entendem que a Resolução 19/2013 precisa ser revisada para o desenvolvimento de um modelo de comprovação de investimentos locais menos complexa e onerosa.

# Política de Conteúdo Local e expectativas

03

Revisão da Resolução 27/2016 - regulamentação a periodicidade, a formatação e o conteúdo dos RCL a partir da 7<sup>a</sup> Rodada de Concessão.

- ✓ É esperada a revisão da Resolução 27/2016 de forma independente à revisão da Portaria 180/2003, de forma a adequar a Resoluções às regras de conteúdo local, bem como formalizar esclarecimentos técnicos consolidando-os na própria Resolução

# Política de Conteúdo Local e expectativas

**04**

Revisão da Resolução 180/2003 - para fins de comprovação de conteúdo local nos contratos de E&P

- ✓ É esperada a revisão da Portaria 180/2003 de forma independente à revisão Resolução 27/2016, de forma a adequar a regulamentação às regras de conteúdo local, bem como formalizar esclarecimentos técnicos consolidando-os na própria Portaria.



/ibpbr



@ibp\_br



@ibp\_br



/ibpbr



/ibpbr